

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1019400-12.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**
 Requerente: **Maria Mercês Rodrigues**
 Requerido: **Banco Mercantil do Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos****Vistos.**

Maria Mercês Rodrigues ajuizou ação declaratória de nulidade de contrato de empréstimo contra **Banco Mercantil do Brasil S/A** alegando, em síntese, que é pessoa idosa e ao caminhar pela rua, foi abordada por dois criminosos, os quais exigiram que ela fizesse empréstimo no valor de R\$ 4.000,00 na agência bancária. Então, a autora para lá se dirigiu e pediu ajuda tanto para um dos seguranças, quanto para um funcionário do banco, identificado como Felipe. No entanto, eles não noticiaram o fato à polícia e o empréstimo acabou sendo concretizado. Toda a ação criminosa está relatada em boletim de ocorrência. Por isso, em face da coação dos terceiros criminosos, e não tendo o réu tomado qualquer providência, postula a declaração de nulidade do contrato, com a consequente devolução dos valores debitados. Juntou documentos.

O réu foi citado e contestou sustentando, em suma, que a operação de empréstimo necessita de uso de cartão e senha, pessoais e intransferíveis. Defende o afastamento da responsabilidade por ato ilícito ocorrido fora do estabelecimento bancário. Nega que o segurança tenha orientado que ela mesma acionasse a polícia pelo celular ou que o funcionário Felipe se limitou a auxiliá-la no empréstimo. Sustenta, assim, a legitimidade da operação. Pede a improcedência da ação.

A autora apresentou réplica. Ela apresentou pedido de dilação probatória. O réu informou que não mais dispunha das gravações, que ficam à disposição por apenas trinta dias. Saneado o feito e designada audiência de instrução, foi colhido o depoimento pessoal da autora e ouvida uma testemunha. Encerrada a instrução, as partes se manifestaram.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o breve relatório.

Fundamento e decido.

O pedido deve ser julgado procedente.

A autora narrou com detalhes o crime de que fora vítima, tudo positivado em boletim de ocorrência. Surpreendida ainda na rua por dois criminosos, foi compelida a se dirigir à agência bancária para efetuar empréstimo. Já no interior da agência, narrou que solicitou apoio a uma pessoa que trabalhava na segurança, mas não foi atendida. Disse também que tentou informar o fato para Felipe, preposto que a atendeu, mas este se limitou a concretizar o empréstimo.

O delito está sinalizado pela prova documental e, em depoimento pessoal, dotado de verossimilhança, a autora disse que foi sequestrada por dois criminosos e passou então a descrever a ação delituosa, com detalhes, tendo informado que eles subtraíram dinheiro que estava na bolsa, além de empréstimo. Relatou que nunca fizera empréstimo em caixa eletrônico no banco. Um dos criminosos ficou do outro lado da rua, com revólver. O rapaz que a atendeu, Felipe, se limitou a auxiliá-la. Ele estava com pressa no atendimento. Disse que “queria, mas não queria fazer o empréstimo”. Depois de concretizado o empréstimo, procurou ajuda. Disse a Felipe que queria entrar no interior da agência, mas não a encaminharam para o interior. Disse a funcionária da segurança, “uma baixinha que trabalhava lá”, que estava sendo sequestrada, e recebeu orientação de que deveria sair e acionar a polícia.

E o depoimento da autora, que está em consonância, na essência, com os termos da petição inicial, não foi infirmado por nenhum elemento de prova a cargo do requerido.

De fato, a testemunha Felipe, que trabalhava no banco, não se lembrou da autora, nem do ocorrido. Não soube falar se a ajudou. Logo, nada contribuiu para a adequada elucidação dos fatos. Ademais, o banco não juntou aos autos as gravações do dia do empréstimo, ao argumento de que são armazenadas por apenas trinta dias. Não há problema algum em armazenar por pouco tempo, mas à vista disso é se concluir que a parte não se desincumbiu de fazer prova de suas alegações.

E o ônus da prova compete exclusivamente ao requerido, conforme


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

estabelece o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 6º, inciso VIII, lembrando-se que, no caso a responsabilidade do banco, como prestador de serviço, é objetiva, devendo comprovar a culpa exclusiva da vítima ou hipótese de caso fortuito, força maior (artigo 14, §3º do CDC), o que não foi verificado.

Ademais, há jurisprudência pacificada perante o E. Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria em questão, consoante Recurso Especial 1.199.782/PR, de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. JULGAMENTO PELA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO. 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno. 2. Recurso especial provido. (STJ. REsp nº 1.199.782/PR. 2ª Seção. Min. Rel. Luis Felipe Salomão. J. 24.08.2011).

Sobre a matéria, foi também editada a súmula nº 479 do colendo Superior Tribunal de Justiça, com o seguinte verbete: *As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.*

De tal sorte que, plenamente caracterizada a atitude negligente do banco, ou mesmo erro de conduta que possibilitou os prejuízos experimentados pela autora, impõe-se declarar a nulidade do contrato, porque ela agiu sob coação de criminosos, com a consequente devolução de todos os valores debitados.

Ante o exposto, **julgo procedente o pedido, para declarar a nulidade do contrato de empréstimo e condenar o requerido a devolver, com correção monetária, utilizada a tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar de cada parcela do empréstimo, todos os valores indevidamente debitados. Concedo, ainda,**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

antecipação de tutela, para o fim de obstar eventuais novos descontos, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), limitada a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Em consequência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Condeno o réu ao pagamento das custas processuais respectivas e honorários advocatícios, que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da ação, com correção monetária, utilizada a tabela prática do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar deste arbitramento, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 15 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**